

NOTÍCIAS AFRICANAS

28

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 13 A 19 DE SETEMBRO DE 1993

ÁFRICA DO SUL

O esforço do ANC para viabilizar a democracia

Sendo indubitavelmente as duas forças políticas mais importantes do país, o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, e o Partido Nacional (NP), de De Klerk, vêm sofrendo fortes pressões por parte dos radicais dos seus respectivos eleitorados. No entanto, para viabilizar o processo de transição, que terá nas eleições gerais de 27 de abril de 1994 o seu momento mais importante, o ANC tem assumido provavelmente a maior cota de responsabilidade ao fazer o maior número de concessões.

Antes de mais nada, há que tomar em consideração que o projeto da futura constituição sul-africana está sendo negociado conjuntamente por um aglomerado de forças políticas que não têm a mesma representatividade no campo eleitoral. O ANC, tido como majoritário em qualquer eleição, se vê compelido nesse processo a aceitar um projeto de constituição demasiado "federalista" que a próxima Assembleia Nacional só poderá modificar com 2/3 dos votos, o que não é seguro que o ANC venha a obter.

Há outras cláusulas em que o ANC vem recuando das suas posições iniciais devido ao justificado receio de que os ultra-racistas consigam destituir do poder o Partido Nacional e levar o país a uma guerra civil de consequências imprevisíveis. Entre essas cláusulas, estão a proteção à *outrance* da propriedade privada – impedindo o futuro governo de fazer expropriações – e a decretação de uma anistia "geral, universal e total". Quanto à necessidade de expropriações, basta lembrar que cerca de 77% das terras de país pertencem juridicamente aos brancos. É uma das mais pesadas heranças do sistema do *apartheid*. Quanto ao caráter da anistia, ela livrará de responsabilidades funcionários graduados do governo que vêm estando implicados em atentados terroristas.

No campo eleitoral, não há dúvidas sobre a vitória do ANC nas eleições de abril próximo. Contudo, o voto negro talvez não seja suficiente para dar ao movimento de Mandela a maioria absoluta de que ele necessita para levar a cabo as reformas básicas que tornem o fim do *apartheid* o começo de uma sociedade minimamente mais justa do ponto de vista econômico e social.

Assim, para conquistar 66% dos votos totais, o partido de Mandela precisa ganhar mais de 85% dos votos de 14,5 milhões de eleitores negros. Isso se apresenta difícil não porque os conservadores tribalistas do Inkatha ou os radicais do Congresso Pan-Africano (PAC) tenham grandes possibilidades eleitorais. Os primeiros, apesar de expressivos na província do Natal, onde os zulus predominam, não apresentam nas pesquisas mais de 7,5% de intenções de voto em termos nacionais. O PAC, embora canalize o radicalismo dos jovens negros, apresenta uma estimativa de voto que não ultrapassa os 5%.

O perigo de uma vitória eleitoral não satisfatória para o ANC está num ceticismo crescente de grande parte da população na possibilidade de que esse partido seja capaz de conduzir a África do Sul pelo caminho difícil da democracia, face a tantas forças contrárias a ela. Isso tem gerado um certo desinteresse pelo processo eleitoral, embora possa ser revertido numa boa campanha. A questão é que o ANC está numa situação financeira aflitiva.

Do lado dos *nats* – como são conhecidos os dirigentes do NP –, a situação também não é garantida. Isto é, não há certeza de uma vitória suficiente no seio do eleitorado branco, embora se espere que no decisivo momento eleitoral os ultra-racistas dêem o voto útil ao NP. Os analistas do partido reconhecem, de saída, que o ANC terá entre 50% e 55% dos votos totais – apesar de as pesquisas apontarem para mais de 70% – e que o NP de-

verá conseguir pelo menos 25% dos votos. Isso obrigará o ANC a governar com o partido de De Klerk se quiser ter a maioria de 2/3 na Assembleia, o indispensável para qualquer mudança de constituição. A surpresa favorável para os *nats* está nos *coloureds* (mestiços) da província do Cabo. Eles representam aí 57% do eleitorado e nas pesquisas vêm apoiando o NP com mais de 70% das intenções de voto.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA

- A progressiva recuperação governamental (Pág. 2)
- Comunicados de guerra voltam a Luanda (Pág. 3)
- Maria da Fonte (Pág. 4)
- Washington ajuda Luanda (Pág. 4)
- Combates mais duros, negociações no horizonte (Pág. 5)
- Angola continua a viver de petróleo (Pág. 5)
- Aposto no corredor terrestre (Pág. 6)
- Volte-face na estratégia da Unita (Pág. 6)
- Mineiros do Lukapa apóiam IPE (Pág. 7)
- Luanda processa Crocker (Pág. 7)
- Economia 'impõe' nova política (Pág. 8)
- A estratégia da aranha (Pág. 8)
- Linha directa para Belém (Pág. 9)
- Governo de Angola "não pode ser mais flexível" (Pág. 10)
- As eleições vão mesmo ser em abril (Pág. 11)
- Luanda rejeita Savimbi (Pág. 11)

ÁFRICA

- A lull in the wind (Pág. 12)

CABO VERDE

- A insignificância de se chamar Aristides (Pág. 13)

MOÇAMBIQUE

- Jornalistas moçambicanos assustados (Pág. 13)
- Um país mais descansado (Pág. 14)

A progressiva recuperação governamental

PÚBLICO, 29.8.93

NA TERRA seca do Planalto Central, cenário da maior batalha da guerra civil angolana, as forças governamentais estão a avançar para a capital dos rebeldes, a cidade do Huambo, parecendo agora mais determinadas do que no passado.

Uma campanha de recrutamento e novo auxílio militar estrangeiro parecem ter revigorado as Forças Armadas Angolanas (FAA), que haviam entrado em crise quando movimento rebelde UNITA, derrotado nas eleições de Setembro do ano passado, voltou a pegar em armas.

Mais de 50.000 pessoas foram mortas desde Outubro (só na guerra, sem falar nas doenças e na fome a ela associadas).

Apesar de todo o optimismo de Luanda, alguns diplomatas dizem não ter a certeza de que o Governo angolano vença o conflito nos próximos meses. Mas é claro que as FAA estão pouco a pouco a recuperar terreno nas zonas onde a UNITA se encontrava enclausurada.

"Estamos a tentar consolidar posições" — disse o coronel José Manuel de Sousa, comandante na frente de Ganda, próximo da fronteira da província de Benguela com a do Huambo e a uns 130 quilómetros da capital desta.

"Estamos a avançar lentamente e por fim reconquistaremos o Huambo" — acrescentou.

De pé junto a um "Órgão de Estaline", lançador de rockets, lançou os olhos por cima da ter-

ra queimada em recentes combates e avisou os visitantes de que deveriam ter cuidado com as minas.

Era um dia calmo no acampamento, uns 22 quilómetros a Ocidente da linha de passagem entre as duas províncias, e os seus homens iam percorrer o mato em busca de grupos dispersos da UNITA.

O partido de Savimbi controla perto de 80 por cento de Angola e cerca muitas das 18 capitais de província. Tem estado a flagelá-las à distância e a tentar impedir que sejam abastecidas de alimentos e de outros produtos.

Dois milhões de deslocados

As organizações humanitárias internacionais creem que umas mil pessoas morrem diariamente devido à guerra e aos problemas a ela associados e que mais de dois milhões de angolanos (um quinto da população) estão deslocados das suas regiões e ameaçados pela fome.

Na última semana os militares têm estado a empurrar a UNITA para longe de algumas das cidades cercadas, como Lue-na e Menongue, e a expulsá-la de zonas de produção de diamantes, nas Lundas, Nordeste do país. O movimento de Savimbi vende normalmente diamantes para financiar a guerra.

Mas o ênfase está na reconquista do Huambo, que foi em tempos a segunda cidade do país, com meio milhão de

habitantes.

O Governo perdeu-o em Março, numa batalha em que morreram cerca de 12.000 pessoas. E o mês passado lançou raides aéreos, numa tentativa de o reconquistar.

Outro objectivo é recuperar o controlo do Cuito, 140 quilómetros a Leste da cidade do Huambo, numa região onde nos últimos sete meses 14.000 pessoas foram vítimas dos combates entre os dois exércitos.

Testemunhas dizem que a UNITA tem agora em seu poder uma parte do Cuito, apesar da grande devastação causada pelos bombardeamentos governamentais.

O Governo desmobilizou uma grande parte das suas forças terrestres depois dos acordos de paz assinados em 1991, mas já voltou a efectivos de 40.000 a 50.000 homens, incluindo milícias civis e polícia antiterrorismo — dizem diplomatas.

A UNITA tem tido cerca de 35.000 homens em armas.

O Governo também se tem reforçado com a compra de novas armas na Europa. A Grã-Bretanha levantou um embargo ao fornecimento de armas, enquanto a França e a Rússia também se mostram dispostas a fornecer armamento.

Há dias o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha, "Pedalé", afirmou que os efectivos das FAA poderão vir a ultrapassar os 100.000 homens, mas alguns peritos ocidentais mos-

tram-se cépticos.

Os militares também parecem estar a seguir uma nova estratégia de consolidar posições pouco a pouco. Cidades e vilas conquistadas à UNITA durante o primeiro semestre deste ano, como o Soyo, voltaram a ser perdidas porque o Exército não as defendeu devidamente.

"Não vamos avançar enquanto não soubermos que o que conquistámos fica firmemente nas nossas mãos" — disse o coronel José Manuel de Sousa.

O Governo parecia ter ontem avançado noutra frente, a de Balombo, a Norte da Ganda, e os militares esperam que mais duas venham em breve a ser abertas, incluindo uma na fronteira da província da Huila com a do Huambo.

Milhares de refugiados que se encontram na cidade de Benguela estão a pensar em voltar à Ganda e a outras zonas do interior, mas os militares ainda se encontram nervosos a este respeito.

Os helicópteros voam baixo, a rasar as copas das árvores, para evitar o fogo rebelde; e as tropas andam o menos possível pelas estradas.

Peritos militares creem que a UNITA está a ter problemas em conseguir combustível e alimentos, mas diversos diplomatas julgam que ainda está a receber auxílio do Zaire e de fontes privadas na África do Sul.

Judith Matloff, da Reuter, na Ganda

MPLA contra MPLA, UNITA contra UNITA

JÁ SE SABIA que hoje em Angola o maior partido de oposição parlamentar ao Governo do MPLA é o próprio MPLA. Já se sabia — e acaba de o confirmar publicamente o Presidente José Eduardo dos Santos, que já se vai habituando a tratar o seu grupo parlamentar como um autêntico miniparlamento... Não ainda tão pública e notoriamente, é certo, mas os ventos da dissidência começam também a tocar a ainda monolítica UNITA. Um exemplo. Os dois homens da UNITA nos Estados Unidos — Jardo Muekalia, representante do "galo negro" em Washington, e Marcos Samondo, destacado por Savimbi para seguir os trabalhos das Nações Unidas — estão de relações cortadas. Em privado, Muekalia acusa Samondo de ser um agente da BRINDE, a polícia política da UNITA, ao mesmo tempo que diz não perdoar a Jonas Savimbi a morte de Wilson dos Santos e Tito Chingungi. Muekalia faz mesmo constar que só não abandonou ainda a UNITA porque toda a vida militou no movimento rebelde e depende dele em termos financeiros. Uma dependência económica que, afinal, vai calando outras divergências (ainda) de bastidores. Que o digam os funcionários "claros" (i.e., os não negros) da delegação da UNITA em Lisboa e as suas críticas... sussurradas.

PÚBLICO, 28.8.93

GOVERNO ANGOLANO RECUPERA TERRENO — As Forças Armadas Angolanas (FAA) anunciaram ontem a reocupação de Zenza do Itombe e Maria Teresa, pouco mais de 100 quilómetros a sueste da capital, de modo a tornar operacional a via Luanda-Dondo, a partir da qual se poderia avançar para N'dalatando, capital do Cuanza Norte, em poder da UNITA. As FAA disseram também que estão a fazer operações de limpeza nas localidades de Quiringo e Dangeia-menha, a 40 quilómetros de N'dalatando e à mesma distância da central hidroeléctrica de Cambambe, que fica perto do Dondo. Por outro lado, no Planalto Central, as FAA ocuparam Monte Belo e Balombo, ainda na província de Benguela, e alcançaram Tchindjenje, já na província do Huambo, a 120 quilómetros da respectiva capital, que desde Março é baluarte dos homens de Jonas Savimbi. Entretanto, mais a leste, no Cuito, capital do Bié, cercada pelas forças rebeldes, o palácio do Governo foi incendiado, enquanto se noticia a existência de centenas de civis chacinados na vizinha Vila Miséria. No Sul, a capital da província do Cuando Cubango, Menongue, voltou a ser flagelada pela UNITA, que no entanto não a conseguiu ocupar e que terá sido desalojada da importante base de Cuelei, a 36 quilómetros.

PÚBLICO, 28.8.93

Apelo dirigido a Soares e a Cavaco

Português morre de fome no Cuito

PÚBLICO, 29.8.93

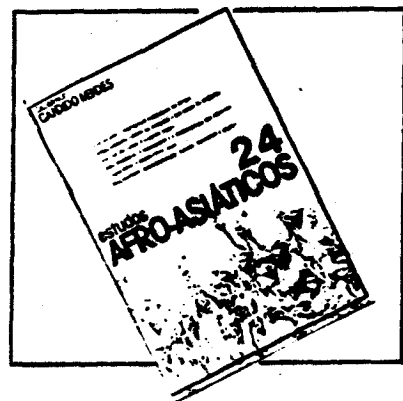
UM PORTUGUÊS, cuja identidade não foi revelada, morreu ontem de fome na cidade do Cuito. A notícia foi divulgada pela Rádio Nacional de Angola citando o portavoza da comunidade portuguesa, António Martins. Os portugueses lançaram ontem um novo e dramá-

tico apelo a Mário Soares, a Cavaco Silva e ao Comité Internacional da Cruz Vermelha, pedindo que "tudo façam" para os libertar.

No apelo refere-se a situação desesperada que se vive na capital do Bié: "Não resistiremos muito mais tempo, pois já há casos de

doenças graves motivadas pela fome que todos estamos a passar."

Uma fonte militar angolana assegurou que os combates continuam em todo o Cuito, depois da, na sexta-feira, "numerosos comandos da UNITA" terem penetrado no interior da cidade.



As tropas governamentais desencadearam importantes ofensivas militares contra as posições da UNITA, que enfrenta dificuldades logísticas

Comunicados de guerra voltam a Luanda

EXPRESSO, 28.8.93

ANGOLA voltou à dialéctica dos comunicados de guerra, como nos piores tempos das grandes batalhas que antecederam os acordos de Bicesse.

O Estado-Maior das Forças Armadas da UNITA (FALA) interrompeu o silêncio que observava há várias semanas para anunciar a tomada do pequeno porto de Ambriz, na província nortenha do Zaire, e «bombardeamentos de desgaste» contra as cidades de Luena e Menongue. Segundo o general Ben Ben, comandante das FALA, as suas tropas estão a responder «com vigor e determinação ao genocídio tribal que continua no Planalto Central». A divulgação de mais informações está proibida por «ordem superior» e «até nova ordem».

Segundo Luanda, as primeiras colunas das Forças Armadas de Angola penetraram quarta-feira na província do Huambo, obrigando a UNITA a começar a retirar-se da sua «capital» conquistada em Março. As acções anunciadas pelo Estado-Maior das FALA seriam meras «manobras de diversão» para tratar de dispersar a ofensiva governamental.

Os serviços de informação militar governamentais alegam ter detectado um intenso movimento de aviões ligeiros vindos do Zaire nos corredores não controlados do nordeste do país, sobre as províncias diamantíferas das Lundas, normalmente utilizados pelos altos dirigentes da UNITA para as suas deslocações ao estrangeiro. As forças da UNITA teriam igualmente começado a recuar para o interior das províncias do Moxico e Cuando Cubango,

em direcção à Jamba, a «anti-ga» capital de Savimbi. Fontes militares ocidentais em Luanda acreditam que Savimbi pode estar a enfrentar dificuldades logísticas crescentes para reabastecer as suas tropas e os civis sob o seu controlo. As organizações humanitárias receiam por sua vez que o «regresso ao mato» e a formação de longas colunas de homens, mulheres e crianças em marcha para o sul agrave dramaticamente os sofrimentos da população civil.

Uma alta patente do Estado-Maior das FAA disse ao EXPRESSO que as FALA ergueram a última linha defensiva do Huambo em volta da localidade de N'gola, entre o Alto Catumbela e Quinjenje, actualmente sob intenso bombardeamento da artilharia pesada e dos caça-bombardeiros governamentais pilotados por angolanos que receberam treinos de aperfeiçoamento na África do Sul.

Apesar das acções desencadeadas pela UNITA no Norte de Luanda, que culminaram com a tomada do Ambriz e da vila de Calulu, na fronteira entre Cuanza Sul e Cuanza Norte, e de a Zenza do Itombe e a sua estratégica ponte rodoviária entre Luanda e Dondo continuarem nas mãos das FALA, um porta-voz do Ministério da Defesa disse ao EXPRESSO que «vamos continuar a investir no Huambo, por motivos de honra e políticos».

Segundo o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha «Pedalé», Luanda está atenta aos perigos desta mudança de estratégia da UNITA e resolveu «intensificar a formação de tropas regulares de

ocupação territorial, grupos móveis de reconhecimento e de tropas de intervenção rápida antiguerrilha treinadas por instrutores de Portugal, França, Inglaterra e Israel, segundo a filosofia da NATO».

Os êxitos militares que as FAA têm obtido nas últimas semanas facilitaram, ao que parece, a articulação de uma acção político-militar visando reforçar o armamento e a logística das forças governamentais (gestão e manutenção dos meios de transporte, constituição de reservas estratégicas e assistência médica). A ruptura do cerco a que estão submetidas várias capitais de província — objectivo prioritário — deverá ter em conta a necessidade de garantir a segurança e defesa móvel de alvos económicos estratégicos nas províncias petrolíferas de Cabinda, Zaire, Bengo e Luanda, nas regiões diamantíferas das Lundas e de Malanje e ao longo do Caminho de Ferro de Benguela. No plano político, as forças governamentais têm preparadas campanhas de acção psicológicas junto dos soldados da UNITA que incluem o pagamento de prémios aos desertores e a atribuição de subsídios e créditos aos desmobilizados.

Guerra é prioritária

Na ausência de qualquer informação de fonte independente, é difícil aferir a credibilidade e a importância das «vitórias» e «conquistas» reivindicadas pelas FALA e pelas FAA. Só existe uma certeza: as destruições e as mortes crescem exponencialmente. As populações civis

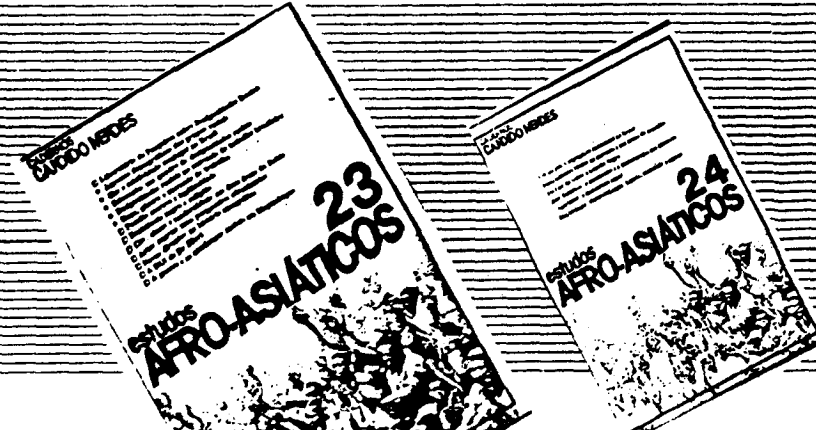
vivem, segundo o representante do Secretário Geral da ONU, Alioune Blondin Beye, a maior tragédia da actualidade, levando algumas ONG a retomar por sua conta e risco a distribuição de alimentos e medicamentos em diversas regiões, sem esperar pela aprovação, do Governo e da UNITA, do plano em duas fases proposto pela ONU.

As negociações continuam bloqueadas, sem perspectivas de recomeço antes do fim do prazo de 15 de Setembro marcado pelo Conselho de Segurança.

Esta semana, o Presidente José Eduardo dos Santos voltou a rejeitar a proposta conjunta do Rei Hassan de Marrocos do Presidente Houphouët Boigny da Costa de Marfim e do líder sul-africano Nelson Mandela, para organizar um encontro em Rabat com Jonas Savimbi, e este recusou ir a Harare para um encontro com o Presidente Mugabe, presidente em exercício do Grupo da Linha da Frente e da comissão «ad hoc» da Organização de Unidade Africana (OUA) para Angola.

A primeira era uma «iniciativa paralela» aos esforços da ONU enquanto a segunda se insere no plano de acção do Secretário Geral das Nações Unidas para relançar o diálogo e permitir a chegada das ajudas humanitárias a todas as populações necessitadas de Angola, mas ambas foram consideradas inoportunas pelos dois beligerantes mais interessados neste momento em clarificar a relação de forças militares.

Nicole Guardiola
com Gustavo Costa
em LUANDA



**FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA**

**LIGUE
531-2000
R. 259**

PÚBLICO, 29.8.93

vozes em português

Pepetela*

Maria da Fonte

Já se tornou num hábito o facto de jornalista português novo nestas andanças de Angola começar as suas reportagens sobre Luanda reproduzindo o que se tornou num mito sobre a descolonização. Ainda há pouco li num grande diário português mais uma vez esse dislate. Talvez o caso não mereça muita preocupação, mas acaba por me irritar porque provavelmente a li umas vinte vezes. E não posso evitar fazer aqui um desabafo.

A última foi uma jornalista que, antes de iniciar a sua série de reportagens sobre a guerra e a paz, teve de situar as coisas como se deve, começando pela capital. Depois do lixo e da desorganização, constatações verdadeiras e que o nosso nacionalismo aceita de bom grado ver retratadas em jornais portugueses, lá vinha o mito: referindo-se à célebre praça do Kinaxixe, não pôde evitar a senhora de contar que nessa praça foi substituída a estátua da Maria da Fonte por um blindado, o que provaria não só o militarismo das autoridades angolanas logo após a independência, como sobretudo o seu ódio visceral a tudo que significasse presença portuguesa, a que nem escaparia a popular figura do século passado. Afirmação esta que demonstra o pouco cuidado com que algumas pessoas se debruçam sobre a História recente deste país. Se a senhora reflectisse um pouco sobre as coisas, certamente acharia estranho que o Governo de Salazar erguesse numa das praças mais importantes de Angola uma enorme estátua a imortalizar um facto que não faria propriamente parte da ideologia do Estado Novo, quando tinha tantos governadores gerais ou chefes militares da colonização a enaltecer. O que prova talvez a ignorância da jornalista sobre a ideologia do Estado Novo...

A verdade é que o monumento que em 1975 foi substituído por um blindado se referia aos Combatentes da Primeira Guerra Mundial. Tratava-se dum grupo de soldados com os fardamentos e capacetes típicos desse conflito, tendo à sua frente uma mulher de seios nus, provavelmente simbolizando a vitória. Daí partia a Avenida dos Combatentes, a qual, apesar de ter mudado de nome na altura da independência, ainda hoje assim é referida pela memória popular. Algum brincalhão terá chamado na época a essa senhora de seios nus Maria da Fonte e o nome chegou aos ouvidos da descuidada jornalista. Como já tinha chegado a vinte outros antes dela. Assim se criam os mitos.

E afinal, por que raio se haveria de conservar um monumento sobre uma guerra em que nenhum de nós participou? Não seria mais lógico substituí-lo por um símbolo duma guerra que ainda

está presente? É discutível, claro, e sobretudo esteticamente é uma opção estranha. Mas o monumento foi retirado, como o foi o de Afonso Henriques. De facto, não tinha nada que estar em Luanda, apesar da simpatia que sempre tive por esse Rei façanhudo e que, como qualquer líder, cumpria pouco a sua palavra. Reconheço nele certos traços dum verdadeiro troglodita, mas manteenho pelo personagem uma simpatia particular. Como a que um conhecido chefe português actual tem por um político angolano tristemente famoso, apesar de em privado lhe chamar troglodita. Amores não se discutem...

Essa praça do Kinaxixe, cantada e recantada por meu amigo Arnaldo Santos, o mais lídimo dos escritores kinaxixenses, mereceria ser evocada por outras coisas que não a estátua que afinal não era. Seria interessante por exemplo dizer que durante séculos aí imperou uma lagoa artificial, criada pelos frades do Carmo para reter as águas da chuva e que se tornou tão importante que até as divindades da terra a adoptaram. Conta-se, por exemplo (o quem me contou foi Luandino Vieira, o qual assistiui), que quando se quis urbanizar essa zona, nos anos cinquenta, se cortou uma enorme árvore, sumaúma ou mulemba, cujo tronco serrado sangrou durante sete dias. Sangrou sangue, perdoem o pleonasma, mas é para que não haja dúvidas. E que na lagoa sempre houve Kiandas e outros seres míticos. Aliás, enclausurada por cimento e alcatrão, a lagoa sempre reaparece e hoje tem cacussos, peixes saborosos, que nadam entre as fundações dos prédios. Quem duvide, vá só lá ver. Mesmo ao lado do prédio de mais de dez andares, inacabado, sem escadas, sem rebouco, mas cujos projectos de apartamentos estão todos ocupados, alguns até com luz eléctrica. Feitiços cá da banda. E repito, é lagoa, não é fonte, e não tem lá nenhuma Maria.

Quando leio um desses artigos, que começam logo massacrando os conhecimentos que temos da nossa terra, fico duvidoso: porquê acreditar no resto da reportagem? E porquê acreditar noutros artigos, sobre países cujas descrições não posso conferir? Será que o que se passa na Bósnia está bem relatado? Existirá mesmo uma tal de Bósnia? Ou é outra Maria da Fonte em pedestal? Dúvidas, só dúvidas. Claro que gente dirá: este tipo apanhou um detalhe e já põe em causa toda a informação, o que é típico de espírito pouco democrático. Concedo. Mas também, se não houver algum exagero, que piada tem esta coisa de escrever para jornais? ■

* escritor angolano

Washington ajuda Luanda

PÚBLICO, 30.8.93

SATÉLITES espíões norte-americanos estão a fornecer à Força Aérea angolana dados secretos sobre as posições da UNITA, aumentando assim bastante a eficácia do ataque aos rebeldes — disseram ontem diplomatas e analistas militares em Joanesburgo, confirmando assim notícias de que Luanda conta actualmente com novas ajudas.

Os norte-americanos começaram a fornecer tais informações às autoridades angolanas pouco depois de o Presidente Clinton haver considerado a UNITA culpada da guerra que se reacendeu após as eleições do ano passado — declarou um diplomata à Reuter, enquanto um representante de Angola na África do Sul afirmava não poder confirmar nem desmentir tão precioso auxílio.

Entretanto, o Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA) anunciou que as suas tropas já entraram na localidade de Ukuma, 100 quilómetros a Ocidente da cidade do Huambo. E que nos próximos dias poderão avançar até ao eixo Longonjo-Caala, ficando esta última cidade a escassos 20 quilómetros do Huambo.

No entanto, quer o regresso das primeiras chuvas quer a configuração montanhosa do terreno não serão de molde a permitir avanços tão espectaculares num curto espaço de tempo. Até aqui, e apesar de nenhum dos exércitos revelar as suas baixas, admite-se que ambos já tenham perdido cerca de 8.000 homens só na província de Benguela, a partir da qual o Governo lançou a

ofensiva para reentrar na do Huambo.

A rápida progressão dos governamentais nos últimos dias aumentou as suspeitas da UNITA de que um satélite norte-americano que sempre lhe serviu de apoio esteja agora a fornecer indicações preciosas ao Governo, para localizar as posições do Galo Negro. As FAA tiram depois vantagem da sua moderna artilharia de longo alcance, muito superior aos canhões G-5 de fabrico sul-africano ao dispor da UNITA.

Em meio de especulações acerca do potencial moderno de que dispõem os dois exércitos, correu em Luanda a informação, que os jornalistas locais foram incapazes de investigar, de que a Coreia do Norte teria oferecido misseis Scud às forças governamentais.

Por outro lado, na capital foi anunciado ontem que o general Cato, comandante das tropas da UNITA na região de Benguela, terá morrido durante combates travados nos últimos dias. E a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), que emite a partir da Jamba, disse que as organizações não-governamentais e as agências especializadas das Nações Unidas apenas encaminham víveres e medicamentos para as zonas controladas pelo Governo. Justificação aparente para que os homens de Savimbi tivessem atacado na quinta-feira um comboio de 70 camiões que seguia para Caimbambo, na província de Benguela, com géneros fornecidos pelo Programa Alimentar Mundial (PAM). ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda, com Reuter

Combates mais duros, negociações no horizonte

Aguir dos Santos,
em Luanda

Enquanto fontes militares anunciam que a vanguarda das tropas governamentais se encontra a cerca de 80 quilómetros do Huambo, admite-se que possa haver nos próximos dias um pequeno sinal de boa vontade por parte do Governo. Mas a questão não é pacífica em Luanda, onde sectores militares pensam ser possível uma vitória militar sobre a UNITA.

A escassas duas semanas do prazo limite estipulado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para que os beligerantes angolanos regressem à mesa das negociações, o representante de Butros-Ghali em Angola, Alioune Beye, afirmou ter em mãos "uma reacção interessante" que Savimbi lhe comunicou e que "está a ser estudada".

Manifestando-se disponível para o recomeço do diálogo, o líder da UNITA poderá estar simplesmente a desenvolver uma manobra diplomática para evitar que Conselho de Segurança aplique sanções contra o seu movimento.

Por sua parte, Luanda continua a insistir em que a UNITA assine previamente o texto do protocolo de Abidjan. No entanto, admite-se que o Governo emita

uma mensagem de "flexibilidade", nomeadamente no sentido de atender à sugestão da UNITA para que as futuras rondas negociais tenham uma agenda livre e previamente discutida pelas partes com a mediação da ONU.

Embora basicamente as posições dos dois lados não se tenham alterado desde a fracassada maratona negocial de dez dias em Abidjan, em Maio passado, no teatro de guerra o Governo melhorou a sua posição desde que, em princípios de Julho, desencadeou, a partir de Benguela, a contra-ofensiva em direcção ao Huambo.

Galvanizadas com os primeiros êxitos, as Forças Armadas Angolanas (FAA) começam a respirar de alívio por terem quebrado "a iniciativa do inimigo", assegura o general João de Matos. E alguns círculos "duros" do regime parecem acreditar ser possível agora reduzir a UNITA a um simples grupo guerrilheiros.

Para Luanda é urgente reequilibrar a relação de forças militar, de modo a garantir que futuras negociações não levem a grandes cedências ou permitam à UNITA fazer exigências inultrapassáveis. E, apesar dos sofisticados equipamentos militares adquiridos nos últimos três meses, João de Matos quer muito mais. "Em breve os três ramos das FAA (Marinha, Exército e Força Aérea) serão reequipados. E são agora maiores as perspectivas de uma melhor logística", anuncia o general.

Só que, velha raposa na luta pela sobrevivência, o Galo Negro traz a lição estudada. E apesar da proibição imposta à "Vorgán" de revelar notícias militares, sabe-se que a palavra de ordem é generalizar a guerrilha a toda a frente Benguela-Huambo.

Segundo informações militares, sem confirmação independente, as FAA "já entraram em acção no eixo Ukuma-Longonjo", 80 quilómetros a leste do

Huambo, começando a estar ameaçadas as principais linhas defensivas das FALA. E segundo testemunhos vindos da região de Benguela, os combates alargaram-se à região do Balombo, um pouco mais a norte. A frente de combates estender-se-ia por cerca de 250 quilómetros.

Pela sua parte, a UNITA assegura que o raio de 150 quilómetros de protecção do Huambo se mantém intacto e que praticamente não tem havido progressão, quer da infantaria quer da artilharia das FAA. Comentando estas afirmações, uma fonte diplomática ocidental disse ao PÚBLICO tratar-se "de uma retórica que serve sobretudo para alimentar psicologicamente as tropas. Não acredito que o Estado Maior da UNITA e o próprio Savimbi ignorem o impressionante potencial bélico em poder do Governo".

Os dados disponíveis sugerem que, antes de 15 de Setembro, as FAA querem fechar o corredor que de Benguela conduz ao Huambo mesmo que isso fique muito aquém da sua asfixia. O objectivo seria então tirar à cidade o estatuto de capital política da UNITA agravando, em consequência, o seu isolamento internacional e anulando o seu papel de interlocutor em pé de igualdade com o Governo.

Este seria um cenário que, pelo menos numa fase inicial, poderá levar a um endurecimento de posições complicando ainda mais a tarefa de Alioune Beye para quem a crise angolana entrou na sua etapa mais crítica. Perdida a esperança de fazer calar as armas a pretexto do reinício da ajuda humanitária, Beye quer ao menos agendar um encontro tripartido nas próximas duas semanas que restam até à data limite do Conselho de Segurança.

Também se aguarda em Luanda a reabertura de negociações numa outra frente sensível, a de Cabinda.

da. O "Jornal de Angola" noticiou que um encontro entre o Governo e as várias facções independentistas poderia ter lugar em breve no Gabão. Em declarações ao jornal, o tenente-coronel Hilário Capita, porta-voz da zona militar de Cabinda confirmou que "ainda esta semana o governo provincial vai encontrar-se em Libreville com as diferentes sensibilidades políticas e económicas do enclave".

Até que as armas se callem, Angola continuará a ser uma mina para o jogo da sorte dos "soldados da fortuna". É um autêntico "vê-se-te-avias" por parte de negociantes e aventureiros de todo o mundo, que aqui confortam a sua contas bancárias.

São portugueses que estiveram ao serviço de Pretória, veteranos, veteranos israelitas experimentados nas batalhas aéreas do Médio Oriente, antigos soldados catangueses ou mesmo tropas regulares zairenses. A cobertura de empresas comerciais de direito angolano, comerciantes libaneses tentam a sorte oferecendo helicópteros e pilotos. Médicos russos, receosos de cair no desemprego, oferecem os seus serviços. Pululam os mercenários.

Rodrigues Queirós, que já serviu a contra-espionagem sul-africana e comandou, em 1985, a sabotagem da refinaria de Luanda, é suposto estar a enquadrar comandos das FAA na luta contra-guerrilha. Tanto quanto o PÚBLICO pôde apurar, este ex-oficial do célebre batalhão Búfalo 32, um antigo "aliado" da UNITA de onde serão provenientes alguns oficiais que passaram a colaborar com o Governo, é pago a preço de ouro, embolsando mensalmente cerca de dez mil dólares. ■

Angola continua a viver do petróleo

PÚBLICO, 3.9.93

APESAR de uma guerra que nos últimos 10 meses já terá feito perto de 300 mil mortos (tanto de forma directa como indirecta), as companhias petrolíferas estrangeiras continuam muito interessadas no petróleo de Angola, que contribui com mais de 90 por cento das receitas provenientes das exportações — disse ontem à agência Reuter o vice-ministro dos Petróleos, Desidério Costa.

A ocupação pela UNITA do centro petrolífero de Soyo, na província do Zaire, faz com que

o Estado angolano esteja a perder 30 mil barris por dia, mas mesmo assim a posse de Cabinda garante-lhe a maior parte dos 530 mil barris diários que habitualmente produz. E é provável que a produção no fim do século possa ir a uns 600 mil barris — indicou o vice-ministro.

Há fábricas que não trabalham, faltam alimentos para uma grande parte da população e a UNITA está activa em perto de 80 por cento do território, mas aparentemente o Governo

crê poder sobreviver enquanto dominar a província de Cabinda e com ela dois terços da produção petrolífera.

O optimismo governamental quanto ao desenvolvimento da exploração do petróleo, em especial na plataforma continental, surgiu numa altura em que as Forças Armadas Angolanas (FAA) continuam por todos os meios a tentar manter a posse da cidade do Cuito (ver pág. 7); e, também, a alargar o anel de defesa em redor de Menongue, a capital da província de

Cuando Cubango. Enquanto se combate fortemente em Quiquengues, na província da Huíla.

Na frente diplomática, o representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, foi ontem a São Tomé e Príncipe conferenciar com o Presidente Miguel Trovoador, actual coordenador dos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), acerca da hipótese de este mês Luanda e a UNITA voltarem à mesa das conversações. ■

UNITA foi chamada ao MNE e alimentos chegam ao Cuíto

Aposta no corredor terrestre

Joaquim T. de Negreiros*

Enquanto os primeiros alimentos eram ontem largados de pára-que-das sobre o Cuíto, Lisboa intensificava a pressão directa sobre a UNITA. Objectivo: a criação de condições para a abertura de um corredor terrestre que permita evacuar os portugueses.

Afastada para já qualquer hipótese de uma evacuação por via aérea dos cidadãos portugueses que continuam retidos na cidade do Cuíto,

PÚBLICO, 3.9.93

onde há oito meses se trava uma das mais duras batalhas da guerra civil angolana, o Governo de Lisboa decidiu concentrar todos os seus esforços na abertura de um corredor terrestre que permita repatriar os portugueses.

O assunto foi discutido ontem no Palácio das Necessidades, durante uma reunião entre dirigentes da UNITA e elementos do gabinete do secretário de Estado da Cooperação, Brios e Gala. Ao chamar os representantes do movimento de Jonas Savimbi ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Lisboa intensificou a pressão directa sobre a UNITA, transferindo para Lisboa diligências que, até agora, tinham sido desenvolvidas essencialmente através da Embaixada portuguesa em Luanda.

De acordo com Brios e Gala, que se fez representar na reunião de ontem pelo seu chefe de ga-

binete, os dirigentes da UNITA mostraram "abertura para resolver o problema" dos portugueses no Cuíto, dispondo-se a "encarar a possibilidade" de uma evacuação terrestre.

Enquanto um C-130 da Força Aérea Portuguesa continuava ontem em "estado de prontidão", pronto a resgatar os portugueses em qualquer ponto do território angolano onde seja possível aterrar — já que o estado da pista e a intensidade dos combates no Cuíto impedem o acesso à cidade por via aérea —, a Cruz Vermelha Internacional mantinha, em Luanda, contactos com a UNITA, agora com o objectivo de assegurar a viabilidade da abertura do corredor terrestre. Recorde-se que o Governo de Luanda já dera o "sim" a um cessar das hostilidades que permita retirar os estrangeiros no Cuíto.

Entretanto, às primeiras horas de ontem, teve início a operação de abastecimento de alimentos lançados de pára-que-das e destinados à popula-

ção civil do Cuíto. Alegando razões de segurança, o MNE português não adiantou pormenores sobre a missão nem sobre o grau de envolvimento de Lisboa nas operações. Sabe-se, no entanto, que foram já largadas sobre a cidade três toneladas de alimentos e que a operação deverá prosseguir nos próximos dias.

A possibilidade, concretizada ontem, de fazer chegar deste modo àquela cidade alimentos e medicamentos tinha sido avançada por Brios e Gala, que abordou o assunto nos contactos que manteve em Genebra, no princípio desta semana.

Mas este auxílio pode chegar tarde de mais para alguns dos portugueses no Cuíto. O porta-voz das 14 famílias de origem portuguesa que se encontram na cidade, António Augusto Martins, disse ontem em entrevista à Rádio Nova que cinco portugueses já morreram e outros três estão desaparecidos.

De acordo com a agência Reuter, a guerra e a fome no Cuíto, onde as Forças Armadas Angolanas e as tropas da UNITA combatem corpo a corpo nas ruas, já mataram mais de 14 mil pessoas. ■

* Com Reuter

Savimbi propõe "suspensão das hostilidades sem condições" Volte-face na estratégia da UNITA

PÚBLICO, 4.9.93

O COMITÉ Permanente da Comissão Política da UNITA, reunido durante 12 horas na cidade do Huambo, emitiu um comunicado de cinco pontos em que é proposta a "suspensão das hostilidades militares imediatamente e sem condições, para que a ajuda humanitária seja entregue aos necessitados e as negociações de paz tenham sentido". O Governo de Luanda, através de declarações ontem à TSF daquele que foi o seu negociador em Abidjan, Hegídio Carneiro, considerou tratar-se de "uma acção que visa naturalmente impedir a realização do Conselho de Segurança" das Nações Unidas, que tem uma reunião marcada para o próximo dia 15 para debate do conflito angolano.

No comunicado, divulgado ontem em Washington, a UNITA diz ter decidido enviar a Lisboa uma delegação constituída pelo chefe do estado-maior das FALA (Forças Armadas do Galo Negro), general "Ben-Ben", e pelo secretário da Informação, Jorge Valentim, "para contactos com instituições portuguesas" — não são especificadas as instituições — e para solicitar "uma audiência a Sua Excelência o Presidente da República

Portuguesa, dr. Mário Soares", com quem ontem Jonas Savimbi manteve um contacto telefónico (ver pág. 8). Em nenhum ponto do comunicado é feita qualquer referência ao Governo português ou manifestada a mínima intenção de encontro com o primeiro-ministro ou o ministro dos Negócios Estrangeiros. Também ontem, em declarações à TSF, o secretário-adjunto dos Negócios Estrangeiros da UNITA, general Lukamba Gato, acusou Portugal de "estar a vender armamento" a Luanda. A delegação da UNITA poderá chegar ainda hoje a Lisboa.

Este autêntico volte-face na estratégia da UNITA — que poderá ser visto como uma vitória do sector político sobre o militar — surge numa altura em que se intensificam os ataques das forças do MPLA às posições controladas pelo movimento de Jonas Savimbi. E também interpretado como uma reacção ao aumento da pressão da opinião pública e da diplomacia portuguesa. Refira-se que, no início da semana, responsáveis da UNITA em Lisboa afirmavam ao PÚBLICO ser irreal um cessar-fogo na zona do Cuíto ao mesmo tempo que "o MPLA fazia raids aéreos diários com armas

químicas em todo o Planalto Central". Agora, Savimbi propõe o cessar-fogo "sem condições". Sublinha, contudo, que "se o MPLA escolher o caminho militar e outros de punições", o conflito continuará "por muitos e longos anos, pois as FALA nunca serão derrotadas".

Simultaneamente, como consta do primeiro ponto do comunicado, Savimbi "convida o enviado especial dos Estados Unidos a deslocar-se à cidade do Huambo para se encontrar com o presidente da UNITA e discutir as novas propostas da Administração Clinton para se encontrar uma solução negociada do conflito angolano", expressando "apoio às propostas" dos EUA. Em Luanda encontram-se o responsável para os Assuntos de Angola do Departamento de Estado, Dennis Hankens, e o assessor especial do subsecretário de Estado para a África, Robert Cabellis. Luanda também já reagiu dizendo não haver condições de segurança para os responsáveis norte-americanos se deslocarem ao Huambo.

A UNITA decidiu ainda "enviar imediatamente para a capital de São Tomé e Príncipe" Lukamba Gato e o seu embaixador na África Ocidental, Marques Ka-

kumba. O Presidente de São Tomé, Miguel Trovoada, preside o Grupo dos PALOP.

Entretanto, o representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, tem estado a tentar que diversos países africanos se reúnam dia 9 deste mês em Libreville, capital do Gabão, a fim de aí procurarem uma saída para o problema de Angola — disse ao PÚBLICO uma fonte da sua comitiva, quando ontem aquele diplomata maliano deixou São Tomé e Príncipe, depois de contactos com o Presidente Miguel Trovoada.

O representante de Butros-Ghali convidou Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Congo, Botswana e Zâmbia a irem ao Gabão procurar uma fórmula para o fim da guerra em Angola — declarou aquela fonte, corroborada por assessores de Trovoada.

Ontem de manhã, porém, Blondin Beye não tinha ainda resposta do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a uma carta que lhe dirigira há alguns dias sobre a hipótese de interrupção das hostilidades e reatamento do processo negociado. E não o conseguia contactar directamente pelo telefone, apenas tendo falado com colaboradores seus. Mas, segundo um assessor, recebera indicações de que Savimbi estaria interessado num encontro pessoal com ele, se possível no Huambo. ■

Mineiros do Lukapa apoiam IPE

EXPRESSO, 4.9.93

OS CERCA de três mil trabalhadores da Sociedade Mineira do Lukapa (SML), em Angola, iniciaram uma greve por tempo indeterminado, como forma de protesto pelo facto da Endiama ter contratado trabalhadores filipinos e zambianos para aquele complexo mineiro, situado na Lunda Norte.

O recurso à greve constitui uma forma de apoio à SPE (Sociedade Portuguesa de Empreendimentos), uma empresa controlada pelo IPE (Investimentos e Participações Empresariais), que detém 49 por cento do capital social da SML. Na base da discórdia está a decisão da Endiama em contratar a ITM (Industrial and Trading Minnig) para proceder à exploração de diamantes naquela região.

O IPE está na disposição de abandonar a sua participação na SML, exigindo a imediata restituição dos 42 milhões de dólares (7,1 milhões de contos) de que é credor a esta e à Endiama. Uma decisão final será tomada nos próximos 15 dias.

A Endiama está a fazer todas as pressões para fazer «dobrar» a SPE, não pagando desde Junho os salários aos mais de cem portugueses empregados da SML.

O EXPRESSO apurou junto de fonte de Luanda, que o presidente do IPE está cansado do comportamento dos responsáveis da Endiama, nomeadamente do seu director-geral, Noé Baltasar. Amaro de Matos terá enviado a Noé Baltasar uma carta, redigida em termos duros, onde afirma não aceitar «o desrespeito dos compromissos» tomados pelas duas partes.

Baltasar sob suspeita

O IPE continua irredutível nas suas pretensões no Lukapa, pretendendo que a SPE tenha a responsabilidade das operações da SML, subcontratando os trabalhos de remoção de terras a Mota & Companhia e apenas os de metalurgia aos zambianos da ITM. E se assim não for, está disposto a «bater com a porta».

A mesma fonte sublinha que a missiva estabelece um prazo de resposta extremamente curto a Noé Baltasar para repor a legalidade na SML. Caso contrário, o IPE «accionará todos os meios ao seu alcance» para recuperar os 42 milhões de dólares no «mais curto prazo possível».

Um dívida que, somada aos mais 4,3 milhões de dólares (731 mil contos) que a SPE reclama da Ensul (Empresa Nacional de Supermercados de Luanda), ao fim de um contrato de gestão de dois anos, poderá causar dores de cabeça acrescidas ao governo angolano.

Embora Amaro de Matos não se pronuncie sobre o assunto, a mesma fonte garante que o presidente não voltará com a palavra atrás e, mesmo que a SML rescinda o acordo já firmado com a ITM, a SPE não está na disposição de contribuir com dinheiro para indemnizar os zambianos pela rescisão do contrato.

Curioso é o facto da ITM ser associada da Intraco, a empresa que fornece os «Caterpillar» para a SML. É que já em 1990, um

relatório confidencial do então Ministério de Estado para a Esfera de Inspeção e Controlo Estatal angolano, detectava irregularidades na Endiama que beneficiavam a Intraco.

Na altura, Noé Baltasar era referenciado por aquele Ministério como tendo canalizado para seu benefício pessoal mais de duas centenas de milhares de dólares e de, já nessa altura, recrutar técnicos filipinos para a Endiama através de terceiros, com custos acrescidos.

Face a este clima de desconfiança generalizada, a mesma fonte acrescenta subsistirem poucas dúvidas de que os 25 milhões de dólares investidos directamente pelo IPE na Endiama, foram «parcialmente desviados para benefício próprio de Noé Baltasar». Uma confirmação das suspeitas levantadas no relatório das autoridades angolanas que afirmava ter o director-geral lucrado com o negócio entre a Endiama e a SPE qualquer coisa como 7,3 milhões de dólares (1,2 milhões de contos).

Celso Filipe

Luanda processa Crocker

EXPRESSO, 4.9.93

A PRESIDÊNCIA angolana vai processar judicialmente Chester Crocker, o principal especialista de assuntos africanos do Governo do ex-Presidente Ronald Reagan, e protestar oficialmente junto da Administração americana devido às suas declarações ao EXPRESSO sobre a situação em Angola.

Numa carta aberta, o porta-voz da Presidência da República de Angola, Aldemiro Vaz da Conceição, acusa Crocker, hoje professor de Política Externa da Universidade de Georgetown, de «cinismo» e de proferir declarações «absurdas» e «contraditórias», pelo que, segundo anuncia, Angola já constituiu um advogado nos Estados Unidos para desencadear «os mecanismos judiciais que visam repor a veracidade dos factos».

Para o porta-voz, as afirmações do ex-secretário de Estado-adjunto de Reagan de que o Presidente angolano José Eduardo dos Santos estaria «a meter ao bolso três por cento» da venda de armamento é particularmente

gravosa, pois «ou não se fazem ou fazem-se com o apelo de provas», razão pela qual será judicialmente intimado a fazê-lo.

A carta constitui a primeira reacção oficial angolana à entrevista realizada pelo correspondente deste jornal a Crocker a propósito da edição do seu livro «High Noon in Southern Africa» e publicada a 21 de Agosto último. Segundo o político americano, a responsabilidade pela trágica situação em Angola cabe fundamentalmente aos políticos portugueses, que agiam como «se quisessem apenas ir para a cama com Luanda», bem como aos angolanos, que «nunca perderam uma oportunidade de perder uma oportunidade».

Não há lugar para desculpas

No seu documento, Vaz da Conceição considera que essas afirmações, entre outras, revelam «cinismo a mais da parte de quem, enquanto membro influente da Ad-

ministração Reagan, armou e financiou durante longos anos os grupos rebeldes da UNITA, e sistematicamente sabotou todos os esforços do MPLA e do Governo angolano para se acelerar o processo de democratização do país». Crocker, enquanto secretário de Estado-adjunto para os assuntos africanos durante oito anos da década de 80, foi o principal arquitecto da retirada das tropas cubanas de Angola e da independência da Namíbia.

O porta-voz insurge-se ainda contra a afirmação de Crocker de que o Governo angolano procura apenas apoio internacional «para continuar a governar o país com base no domínio de uma minoria», e pergunta: «Obter mais de 53 por cento dos votos num pleito eleitoral democrático e multipartidário é domínio de uma minoria?»

E Vaz da Conceição acrescenta: «Será que a 'paranóia' de Jonas Savimbi sobre uma alegada 'fraude' eleitoral é contagiosa?». Ao mesmo tempo demonstra es-

tranheza pelo facto de o ex-adjunto de George Schultz classificar o líder da UNITA «homem sem escrúpulos, ambicioso e paranóico», quando no passado o apresentava «como um autêntico 'campeão da democracia' e 'salvador do mundo livre', e como uma alternativa válida a políticos (os do MPLA) que as urnas confirmaram (...) serem os preferidos dos eleitores angolanos».

«Enquanto país mais influente da comunidade internacional e enquanto antigo apolante consequente da UNITA, teriam de ser os EUA (...) os primeiros a convencer os seus pupilos a aceitar as regras do jogo democrático e as propostas sérias de reconciliação que lhe foram feitas», escreve ainda o porta-voz angolano, para quem não colhem «desculpas» ou «pretensas distrações» já que, no actual contexto, essa atitude «já custou a vida a dezenas e dezenas de milhares de pacíficos cidadãos angolanos e ameaça outros tantos».

Economia 'impõe' nova política

EXPRESSO, 4.9.93

O PRIMEIRO-MINISTRO angolano, Marcolino Moco, era um homem desolado na quarta-feira. Na véspera, à noite, o ministro das Finanças, Emanuel Carneiro, recebeu «uma ordem de cima», sugerindo que este fim-de-semana o kuanza — a moeda nacional angolana — seja desvalorizado em 80 por cento.

Recostado no cadeirão do seu gabinete, o chefe de Governo perguntou aos economistas quais os efeitos desta medida. A resposta foi dada em uníssono: nenhuns. Levou as mãos à cabeça e concluiu: «Mudámos a estrutura, mas na cabeça de muita gente prevalece a mentalidade de partido único». A única meia consolação de Marcolino Moco é que os economistas mais realistas e corajosos bateram o pé e desaconselharam o Presidente Eduardo dos Santos a assinar o decreto que deveria instituir um imposto de guerra aos cidadãos.

A «síndrome Xirimbi» (do nome do anterior ministro das Finanças; que acaba de ser nomeado assessor do primeiro-ministro, e que há seis meses se propunha sanear a economia do país, colocando então o dólar ao câmbio de sete mil kuanzas) parece continuar a condicionar a tomada de medidas decisivas para retirar Angola da presente crise, que, segundo alguns especialistas, não passa por novos impostos mas por uma rigorosa diminuição das despesas públicas, do topo à base, pela

racionalização dos gastos militares e por um melhor aproveitamento do imposto inflacionário resultante da diferença entre a taxa oficial e a taxa do mercado paralelo.

Eduardo dos Santos em dificuldades

Destinando aquele diferencial à conversão das exportações de petróleo e às importações das Forças Armadas, com rigorosas restrições ao crédito ao consumo, na óptica desses especialistas, Angola deveria de imediato adoptar uma taxa mínima do dólar ao câmbio de 15 mil kuanzas, contra os actuais quatro mil kuanzas. Neste caso, bastariam 400 milhões de dólares para absorver uma massa monetária fora dos circuitos bancários estimada em 6 mil biliões de kuanzas.

Sem este tipo de conjunto de medidas, «difícilmente criaremos condições com o FMI para negociar um programa de ajustamento que viabilize a renegociação e um possível reescalonamento da dívida externa, bem como o acesso ao financiamento daquela instituição e ao seu sistema de agências», conforme disse um economista do Banco Nacional de Angola.

Os sintomas de resistência ideológica à transição democrática não se colocam apenas neste prisma. Ao nível do Parlamento, o presidente da Assembleia Nacional, França Van-Dunen, igualmente

membro do «bureau» político do MPLA, muitas vezes ressalva para comportamentos que apenas se enquadrariam numa assembleia do «poder popular».

Sectores da oposição e do seu próprio partido, chegam a ridicularizá-lo quando pretendem «distraidamente» amenizar o tom crítico das algumas intervenções em troca de «facilidades» que o Governo deve conceder aos parlamentares. Para diversos observadores, as medidas que o Conselho de Ministros deveria adoptar — e que incluíam a aprovação da criação do Serviço de Informação integrado no Sistema de Segurança Nacional — traduzem dificuldades envolvendo a liderança do Presidente Eduardo dos Santos na gestão da economia do país, levando alguns sectores reformistas do MPLA a questionarem o papel de um ministro das Finanças completamente desacreditado no mercado internacional. «Preferimos trabalhar com um comunista convicto e coerente a ter de lidar com a ambiguidade, cinismo e incompetência de um falso defensor da economia de mercados», disse, indignado, um perito do Banco Mundial.

Redução de ministérios

Uma estratégia que aponhasse para um maior pendor do Parlamento estaria a ser burilada em certos círculos no âmbito de um vasto pacote

de propostas de reconversão governativa. Essas propostas, encomendadas a uma prestigiada economista independente, iam no sentido da reorganização, com possíveis transferências, da Presidência da República e Presidência do Conselho de Ministros com a implementação de um sistema de informação orçamental, gestão do tesouro, das operações petrolíferas e diamantíferas, gestão monetária e cambial e gestão da contabilidade pública. No mesmo sentido enquadrar-se-ia uma política preconizando uma drástica redução do actual número de ministérios e secretarias de Estado.

Nalguns círculos, o reforço dos poderes do primeiro-ministro na área financeira seria, para já, uma solução transitória, mas uma proposta nesta linha de raciocínio recentemente submetido ao «bureau» político do MPLA acabou por ser rejeitada e o próprio Marcolino Moco deixou já entender que não estaria disposto a assumir o ónus desta responsabilidade, nem de sugerir mudanças no elenco governativo.

Alguns analistas pensam que Eduardo dos Santos apenas terá feito um compasso de espera face ao evoluir da crise político-militar, com um inevitável retorno a negociações feitas entre Luanda e a UNITA, para depois dirigir com «mão de ferro» o Governo numa situação de aparente desafogo militar.

G.C.

A OPERAÇÃO «Despertar do Dia», nome de código supostamente atribuído à actual investida das tropas governamentais contra a UNITA, reforçada com a incorporação de mais de 50 por cento dos efectivos dos serviços de contra-inteligência das antigas FAPLA nas FAA, poderá passar para uma fase de «ofensiva selectiva». O objectivo seria a redução completa da capacidade militar das FALA, simultaneamente, em diversas frentes.

Segundo uma fonte do Ministério da Defesa, esta opção vai ganhando uma consistência crescente, à medida que o apelo a uma nova «longa marcha» de regresso à Jamba feito por alguns altos comandos do movimento do «Galo Negro», ganha cada vez mais corpo.

O bloqueio logístico imposto, no Planalto Central, pelos intensos bombardeamentos

O Governo angolano parece apostar numa nova estratégia para vergar as forças da UNITA, enquanto a Economia continua a sofrer da «síndrome Xirimbi»

A estratégia da aranha

Gustavo Costa correspondente em LUANDA

EXPRESSO, 4.9.93

mentos de MiG da aviação governamental, que tem impedido o encaminhamento de combustível às frentes de combate, segundo testemunhas oculares contactadas pelo EXPRESSO que estiveram recentemente no Huambo, está a reduzir drasticamente a capacidade de manobra dos homens de Jonas Savimbi.

O «olho por olho, dente por dente» a que o chefe das FALA, general Ben-Ben, apelou para remobilizar as suas tropas, parece indiciar o início de uma nova fase da guer-

ra em Angola, com a UNITA a preparar-se para generalizar a guerrilha por todo o país, dado que esse apelo coincide com o início da época das chuvas.

Luanda insiste em destruir o arsenal bélico e logístico e as principais bases militares da UNITA no centro do país. Contudo, fontes independentes dizem que a base do Gove, no coração do Huambo, não parece ter sido ainda atingida, enquanto as tropas da UNITA tentam reagrupar-se para desencadear acções de contra-

ofensiva pontuais.

Um especialista do Estado-Maior das FAA garantiu que as tropas do Governo farão incidir, a partir de agora, as suas acções «no bloqueio dos corredores de penetração, ligação e abastecimento, na ruptura da cadeia de comando e telecomunicações e no desarmamento e desminagem».

Alguns analistas advertem, porém, para a capacidade de resistência e de sofrimento dos homens de Jonas Savimbi, «não na defesa da cidade do Huambo» mas na elaboração de estratégias que aliviem o cerco montado pelas FAA a partir de Benguela, Huíla, Kuanza-Sul e Lundas.

Com as tropas de Luanda às portas do Huambo, fontes militares ocidentais na capital

Continua na pág. 9

PÚBLICO 4 9 95

Em contacto telefónico ontem com Mário Soares, Savimbi garante protecção a portugueses no Cuíto

Linha directa para Belém

Joaquim T. de Negreiros*

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, telefonou ontem ao Presidente da República, Mário Soares, tendo-lhe afirmado que "garantirá a segurança e protecção das vidas dos cidadãos portugueses que se encontram no Cuíto, alojados nas instalações do bispo do Bié e numa casa que é propriedade de um comerciante português e que, tão cedo quanto possível, procurará repatriá-los por via de S. Tomé e Príncipe". A versão do telefonema é da responsabilidade de Belém, que a divulgou através de um comunicado. Jonas Savimbi informou ainda que iria telefonar ainda ontem "ao secretário-geral da ONU, Butros Ghali, para manifestar, a menos de duas semanas do fim do prazo dado pela ONU para o reatar das negociações, o seu desejo de pôr

termo à guerra em Angola, através de um cessar-fogo cuja data poderia ser determinada pela própria Organização das Nações Unidas". A decisão foi tomada na reunião do Estado-Maior da UNITA, no Huambo, da qual saiu um comunicado com cinco pontos (ver pág. 40).

Jonas Savimbi ligou directamente para o gabinete de Mário Soares, por volta do meio-dia. A conversa foi longa e serviu também para Savimbi anunciar a Mário Soares a sua intenção de "enviar em breve" uma delegação da UNITA a Portugal, o que pode ser entendido como a manifestação de reatar as relações com Lisboa. Um gesto que revela a importância que a UNITA continua a dar ao envolvimento de Portugal no processo de paz angolano.

No comunicado emitido por Belém afirma-se ainda que Soares "aproveitou a oportunidade para reiterar o seu continuado apelo à paz", deixando claro que "o seu único compromisso é com o povo angolano" e tentando deste

modo sublinhar uma equidistância em relação às partes em litígio.

Depois do telefonema de Savimbi, o Presidente da República entrou em contacto telefónico com o primeiro-ministro, dando-lhe conhecimento imediato do teor da conversa mantida com o líder da UNITA.

Contactada pela Lusa, a representação da UNITA em Lisboa

confirmou a chegada a Lisboa da delegação anunciada por Savimbi, adiantando que será composta de personalidades de "alto nível" e manterá "alguns contactos" com vista a divulgar junto da opinião pública a "verdade do que se está a passar" em Angola, onde estaria em curso um "genocídio global".

O representante do movimento em Lisboa, Adalberto da Costa Junior, anunciou a vinda da delegação depois de ter estado em contacto com Savimbi, que lhe terá comunicado ao fim da manhã de ontem a intenção de telefonar a Mário Soares e a Durão Barroso.

Contactado pelo PÚBLICO, o Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou que a representação da UNITA em Lisboa solicitou, ainda de manhã, os números de telefone "mais directos" do ministro e anunciando que Savimbi pretendia entrar em contacto com o Ministro. Até ao final da tarde de ontem, no entanto, o líder da UNITA não tinha telefonado. Assim, o Palácio das Necessidades limitou-se a manifestar a esperança de que "se confirmem as notícias de que a UNITA deixa sair os portugueses do Cuíto". Imediatamente após ter tomado conhecimento das intenções de Jonas Savimbi — e enquanto esperava o contacto do líder da UNITA —, o MNE solicitou à Cruz Vermelha Internacional em Angola que averiguasse junto do movimento de Savimbi se há de facto condições de segurança para evacuar os portugueses.

Segundo Adalberto da Costa Junior, o contacto de Savimbi, nomeadamente com o Presidente da República, visam "fundamentalmente buscar um pouco mais de equilíbrio, de cabeça fria, de verdade" no relacionamento entre a UNITA e as autoridades

portuguesas e manter a "porta aberta" para Portugal. O representante de Savimbi em Lisboa disse ainda que o Governo de Cavaco Silva está a tempo de mudar e deixar de "alinhar" com uma das partes, pelo que considerou importante manter Lisboa informada sobre a evolução da situação e da leitura dos acontecimentos por parte da UNITA.

No que diz respeito à disposição negocial manifestada por Jonas Savimbi, Adalberto da Costa Junior admitiu a possibilidade de dentro de "um mês, mês e meio" se realizar uma nova ronda de conversações com o MPLA "quando passar a ilusão de uma vitória militar" por parte "dos belicistas do Futungo".

Antes de ser conhecido o teor da conversa entre Savimbi e Soares, Adalberto da Costa Junior reagira à pressão exercida pelo MNE sobre a UNITA. O próprio Adalberto foi chamado ao Palácio das Necessidades, e ouviu o chefe de gabinete do Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros insistir na necessidade de a UNITA criar as condições que permitissem aos portugueses abandonar o Cuíto.

Adalberto da Costa Junior afirmou não existirem possibilidades de um avião ir ao Cuíto, mas adiantou a hipótese de serem encontradas alternativas. Sem especificar quais, disse apenas que o programa apresentado pelo Governo português, que avançava a possibilidade de uma retirada terrestre, "não era muito simples" por pressupor um cessar-fogo. Aproveitando para reiterar a disponibilidade da UNITA para encontrar uma solução para a retirada dos estrangeiros do Cuíto, não deixou de pôr em dúvida a veracidade dos sucessivos apelos do representante dos portugueses do Cuíto, por lhe parecer tratar-se de "entrevistas dadas num gabinete com ar condicionado".

Entretanto, a agência France Press revelava ontem que pelo menos cinco mil cadáveres de civis mortos desde o início dos combates no Cuíto foram enterrados nos jardins da cidade. De acordo com a mesma fonte, trezentas pessoas teriam sido mortas nas últimas três semanas.

O correspondente da Rádio Nacional de Angola falava ontem em "milhares de feridos e desaparecidos" e, citando o comandante local das FAA, Alfredo Kussuma, registava combates cada vez mais intensos nas ruas da cidade, onde se luta corpo a corpo. ■

* com Lusa e France Presse

Continuação da pág. 8

A estratégia da aranha

angolana acreditam que a UNITA vai fazer um derradeiro «pressing» para tentar ocupar o Bié. O desgaste a que as suas forças têm sido submetidas, devido aos bombardeamentos da Força Aérea e à entrada em cena de novas peças de artilharia de longo alcance recentemente adquiridas pelo Governo, poderão, contudo, tornar cada vez mais remota essa possibilidade.

Desembarques diários de material começaram a ser feitos no Moxico, zona a partir da qual, devido à sua relativa descompressão, poderão ser lançadas, em direcção ao Bié, operações conjugadas com outras a partir de Luanda e de Malange.

O regresso à guerrilha

Segundo um antigo oficial do Exército português que conhece o terreno, a UNITA poderá ter-se já preparado para reorganizar a sua guerrilha para fazer face a este cenário, embora alguns círculos sustentem que a inexistência de uma base de apoio fronteiriço

com a Namíbia dificilmente lhe permitirá sustentar, como nos últimos dezasseis anos, o prolongamento indeterminado da guerra.

Atenta a isso, Luanda está a intensificar a incorporação de soldados do antigo batalhão «Búfalo» na zona do Cabo Ledo, os quais poderiam estar a ser enquadrados por oficiais sul-africanos, segundo informações recolhidas pelo EXPRESSO.

De acordo com a mesma fonte, o Governo pretende enquadrar um «número considerável» desses efectivos, os quais seriam pagos a peso de ouro para efectuar «missões muito especiais».

Paralelamente, Luanda, que não estaria preocupada com o «síndrome de 15 de Setembro» — data limite dada pelo Conselho de Segurança à UNITA para regressar à mesa das conversações —, continuará a acelerar a formação de forças especiais de intervenção rápida, para fazer face a uma guerra que alguns especialistas pensam ir durar ainda entre 12 e 18 meses.

Entrevista com Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA

PÚBLICO, 6.9.93

Governo de Angola “não pode ser mais flexível”

Jorge Soares*
e Nuno Pacheco
na Cidade da Praia

O secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, só tem uma certeza quanto à situação em Angola: as partes em confronto estão condenadas a entenderem-se. Mas, pela parte que lhe toca, o Governo do MPLA já cedeu tudo o que tinha a ceder. Um exclusivo PÚBLICO/A Semana”.

De passagem por Cabo Verde, onde participou como convidado no VI Congresso do PAICV, Lopo do Nascimento diz que as negociações para a paz em Angola estão em “ponto morto” e mostra-se satisfeito com a actual política norte-americana. Para ele, a UNITA é “uma seita política baseada num fundamentalismo preto e com formas de organização maoístas”, mas ela e o Governo estão condenados a entenderem-se.

PÚBLICO — Como caracteriza a actual situação em Angola em termos de procura da paz?

LOPO DO NASCIMENTO — Para falar nisto temos de recordar que em Abidjan, onde depositámos muitas esperanças para chegar a um acordo, não foi possível consegui-lo. Isto porque a direcção da UNITA viajou para o Zaire e, quando regressou, tinha uma posição diferente que punha em causa tudo o que já tinha sido objecto de consenso.

Nós interpretámos essa posição, naquele momento, como resultado do facto de eles terem ocupado várias localidades, pretendendo que a situação militar no terreno fosse a principal linha de força do acordo. Ora os acordos não podem espelhar nenhuma evolução militar porque é preciso ter em conta os interesses de todas as partes envolvidas no cenário político angolano — e há outros partidos que não estão no conflito armado e têm de ser todos em conta.

Depois de Abidjan, as Nações Unidas designaram outro representante em Angola, na

tentativa de voltar a restabelecer as negociações. Neste momento ele desenvolve várias consultas a dirigentes de países vizinhos e às partes envolvidas no conflito. Não posso dizer quando recomenciarão as negociações, mas posso adiantar que o representante do secretário-geral da ONU está a tentar quebrar o gelo e a preparar as condições para o reinício do diálogo.

P. — Quer dizer que se está num impasse?

R. — Eu não diria num impasse mas sim em ponto morto. Penso, no entanto, que o caminho que as Nações Unidas estão a trilhar é o que deve ser seguido.

Recentemente o líder da UNITA disse à France Presse que estaria pronto para reiniciar as conversações. Esta declaração, a ser verdadeira, deve ser transmitida à ONU ou aos observadores que desempenham a função de mediadores e aproximadores das partes.

P. — Se o entrave maior às negociações parece vir de Jonas Savimbi, que sucederia se houvesse mudanças na liderança da UNITA?

R. — Depende dos objectivos que se pretenda. Penso que o objectivo do dr. Savimbi é a magistratura suprema. Não há nada para além disso que lhe sirva e se qualquer dirigente da UNITA se colocasse na mesma situação iria complicar da mesma maneira o processo.

P. — Você que tem participado nas rondas de negociações e já teve alguma convivência com os dirigentes da UNITA, que pensa de Jonas Savimbi?

R. — Prefiro não responder. Faça de conta que não me fez essa pergunta.

P. — Por mais quanto tempo poderá Angola suportar esta guerra, que já destruiu milhares de vidas?

R. — Eu diria que é trágico estar a destruir o país, a gerar este ciclo de mortes superiores às causadas por 14 anos de guerra colonial, para que daqui a seis meses acabemos por chegar a um acordo. Porque estamos condenados a viver juntos e a fazer esse acordo. Se ele será melhor ou pior para este ou aquele partido, é coisa que se verá no momento. Mas não há outra solução. O MPLA teve dois milhões de votos e ninguém vai liquidar dois milhões de pessoas. A UNITA teve um milhão de votos e ninguém vai liquidar essas pessoas.

P. — Ao aceitar as regras do jogo estabelecidos em Bicesse e entregar as armas às Nações Unidas, o MPLA foi acusado por alguns de ter cometido uma

ingenuidade. Não sentem agora dificuldades no recrutamento de pessoas para as Forças Armadas?

R. — Neste momento temos mais dificuldades em ter armas do que gente para combater. Em muitas partes, as pessoas assumiram este combate não em defesa do Governo ou do MPLA mas em defesa da própria vida. Para dar um exemplo: a província de onde sou natural está ocupada pela UNITA. Nesta província, 95 por cento dos habitantes votaram pelo MPLA. A província está ocupada, há um processo de perseguição por parte das tropas da UNITA em relação às pessoas que são MPLA e a reacção é só uma: dizem ao Governo “dê-nos armas e vamos ver como é que é”. Na juventude, por exemplo, esse é um sentimento generalizado. As pessoas fogem das zonas ocupadas pela UNITA para as zonas controladas pelo Governo.

P. — Mas fazem isso por uma questão de segurança ou por simpatia com o MPLA?

R. — As pessoas sentem-se mais seguras nas zonas onde está o Governo. Porque a UNITA tem um sistema de controlo das populações, já utilizado na Jamba e agora nas outras zonas ocupadas, que impõe a um cidadão que queira movimentar-se de um bairro para outro a companhia obrigatória de um guia do comité local da UNITA. Para além do facto de castigarem as pessoas obrigando-as a dançar o batuque durante várias horas; ou ameaçando e detendo os funcionários que trabalharam para o Governo...

P. — Em termos de influência militar, qual é a área que a UNITA ocupa neste momento?

R. — Ocupa a província do Zaire, Uije, Cuanza Norte, Huambo, uma parte do Cuando Cubango, uma parte de Malange, alguns municípios do Bié... Em extensão parece ser superior mas em termos de população é inferior.

P. — O que é que mudou, em termos concretos, com o reconhecimento do Governo de Angola pelos Estados Unidos da América?

R. — O mais importante é que se nota agora um maior engajamento do Governo norte-americano no processo. Depois dos acordos pareceu-me que o seu papel diminuiu. Eles sabiam que a UNITA estava a construir uma reserva de armas e homens e nunca actuaram no sentido de impedir isso. É claro que houve uma coincidência com a preparação da campanha para as eleições america-

nas. No entanto, parece que actualmente aumentaram a sua participação e vêm dando um grande apoio às Nações Unidas.

P. — Alguns países levantaram já o embargo ao Governo angolano para compra de armas. Têm-nas comprado com maior frequência?

R. — Facilitou sobremaneira a aquisição, porque é melhor comprar de forma mais aberta do que ir por caminhos híbridos que muitas vezes levam a comprar gato por lebre. Ou a comprar gato muito mais caro.

P. — Na imprensa internacional fala-se muita na intransigência de ambas as partes. Quem é mais intransigente: a UNITA ou o Governo do MPLA?

R. — O Governo não pode ser mais flexível do que já foi, só falta dizer ao Savimbi: José Eduardo sai e você entra. A verdade é que a UNITA não estava preparada para perder as eleições.

P. — E estariam preparados para assumir o poder, se ganhassem?

R. — Durante a campanha compreendi muita coisa e vi que estava errado na minha apreciação. Estava convencido que a UNITA tinha um conhecimento da verdadeira situação no país. E a campanha veio provar que não. Eles mostraram dificuldades em se adaptar, depararam-se com mecanismos de gestão do Estado totalmente diferentes da ideia que traziam das zonas ocupadas.

Fizeram uma campanha mais virada para os valores tradicionais num país dominado por uma população jovem com uma média de idade situada nos 25 anos. Mesmo o MPLA deu-se conta tarde de que os jovens têm referências diferentes das nossas, dos que lutámos pela independência. Até os meus filhos me dizem: lute, sim senhor, mas agora era melhor darem-te uma medalha e encostares às “boxes”.

Por outro lado, as eleições vieram deixar claro que o MPLA é de facto um partido nacional, com representação em todo o país, com pessoas de todas as religiões e de todas as raças. A nossa força está aí. A UNITA apresentou-se como um grande partido regional, mas mais parece uma seita política baseada num fundamentalismo preto e com formas de organização maoísta. ■

* director do jornal “A Semana”, de Cabo Verde

Embaixador da África do Sul
em entrevista ao PÚBLICO:

As eleições vão mesmo ser em Abril

PÚBLICO, 4 9 93

Jorge Heitor

Apesar de toda a convulsão existente e dos muitos milhares de mortos registados na última década, o embaixador da África do Sul em Lisboa considera que o seu país vai no bom caminho, que terá eleições na data prevista e que os portugueses, na sua grande maioria, lá poderão ficar, militando nos diversos partidos existentes.

Pietter Swanepoel, de 45 anos, é um diplomata optimista que crê na possibilidade de a transição sul-africana para a democracia plena se verificar sem obstáculos inultrapassáveis. Um dia depois da grande jornada em que compatriotas seus de todos os grupos étnicos deram as mãos, oraram e cantaram a favor da paz, o embaixador fez ao PÚBLICO um ponto da situação:

PÚBLICO — A África do Sul é o país mais perigoso do mundo?

PIETTER SWANEPOEL — Vi notícias que diziam isso. Há que ter em conta o contexto. A África do Sul está a sofrer um grande desemprego; e há uma criminalidade que não é necessariamente relacionada com a política. Quando falamos de violência há que ver o que é que é de delito comum e o que é que é político. Mas foi muito encorajante ver (na quinta-feira) pessoas de diferentes quadrantes políticos juntarem-se para expressar a sua

preocupação quanto ao nível da violência.

P. — Tem estatísticas quanto ao desemprego?

R. — Em algumas zonas industrializadas chega aos 40 por cento, designadamente nas áreas de Joanesburgo e Pretória. E não é fenómeno que afecte só um grupo racial, mas todos eles. Designadamente quem sai da escola e não encontra o primeiro emprego.

P. — Crê que vão mesmo eleger uma Assembleia Constituinte no dia 27 de Abril do próximo ano?

R. — Só temos um atraso de alguns dias no processo negocial de Kempton Park e as sessões legislativas deste mês e de Novembro [na Cidade do Cabo] vão aprontar tudo para que de facto as eleições sejam em Abril. Nem o Presidente De Klerk nem o senhor Mandela vêem razões para um adiamento. Espero que os negociadores tenham o projecto de Constituição pronto a tempo de ser aprovado na sessão parlamentar de Novembro.

P. — E quanto ao Conselho Executivo de Transição (CET) que era esperado em meados deste ano?

R. — Falta ainda definir uma cláusula. Mas 99 por cento do trabalho já foi feito.

P. — Mas há reservas do Inkatha, do Partido Conservador e do Bophutatswana quanto ao que tem estado a ser negociado, essencialmente entre o Partido Nacional e o ANC.

R. — Vai haver dentro dos próximos 10 dias uma reunião entre o chefe Buthelezi e o Presidente De Klerk. O Governo ainda tem grandes esperanças de que o Inkatha adira às negociações. Esse partido será o primei-

ro a reconhecer que a forma como se está a elaborar o projecto de Constituição vai ao encontro das suas preocupações regionalistas. A África do Sul pode sentir-se orgulhosa do enorme trabalho feito de Abril para cá.

P. — Vão para a Constituinte com um projecto de Constituição e depois o texto definitivo será aí elaborado e aprovado, num processo que poderá levar dois anos?

R. — A negociação de Kempton Park recorreu a peritos, a constitucionalistas, de modo que os deputados a eleger para a Constituinte não terão necessidade de transformar radicalmente o texto básico que lhes será apresentado. Mas se, apesar de tudo, o debate se arrastar por mais de dois anos é possível recorrer a um referendo e convocar até novas eleições, em 1996. Em caso contrário, na hipótese de tudo correr bem, haverá um Governo de Unidade Nacional a vigorar pelo período de cinco anos, de 1994 a 1999.

P. — O Presidente será eleito de forma directa ou indirecta?

R. — Deverá ser escolhido por um colégio eleitoral, a partir da Assembleia Nacional e do Senado, que no seu conjunto formam a Constituinte. E a escolha ocorrerá pouco depois do início do trabalho das duas câmaras.

P. — Crê que o Inkatha ainda vai aderir ao processo negocial. Mas quanto ao Partido Conservador e a outros grupos à sua direita?

R. — Acho que o Partido Conservador não tem nada a ganhar com um boicote às eleições. É certamente uma força significativa entre o eleitorado branco; ganhou terreno desde o referen-

do de Março do ano passado, mas no conjunto de todo o eleitorado sul-africano não significa muito. Se bem que seja extremamente difícil acreditar em sondagens num país onde ainda nunca houve eleições em que todos tivessem o direito de participar.

P. — Há bantostões que Pretória havia considerado independentes e que não aceitam a reintegração na África do Sul.

R. — O Bophutatswana e o Ciskei estão nessa situação. Ainda não sabemos se será possível reincorporá-los antes das eleições ou só depois. A verdade é que as nove ou 10 regiões que temos previstas para a futura Administração englobam os estados negros a quem havia sido dada independência.

P. — Muitos brancos têm estado a deixar o país?

R. — Os que chegam são mais do que os que partem. Preocupamo-nos decerto a saída de gente qualificada; mas — enquanto no passado a imigração vinha muito da Europa Ocidental — estamos a receber pessoas de outras origens, como a Europa Central e Oriental.

P. — Que diz do futuro da comunidade portuguesa na África do Sul?

R. — Cremos que os 600.000 portugueses residentes no nosso país, incluindo 350.000 oriundos da Madeira, têm um papel muito importante a desempenhar. Encontramo-los agora em todo o espectro político, especialmente as novas gerações. Deu-se demasiada importância à associação do AWB (neonazi) com alguns portugueses do Transval, mas há muitos portugueses activos no ANC, no Partido Nacional, no Partido Democrático... ■

Luanda rejeita Savimbi

PÚBLICO, 6 9 93

O GOVERNO angolano disse ontem, em comunicado, que o estabelecimento do cessar-fogo deve processar-se em conformidade com os acordos de Bicesse e com as resoluções entretanto aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; pelo que não aceita as propostas da UNITA para "uma simples suspensão das hostilidades".

Segundo ele, o partido liderado por Jonas Savimbi "só quer confundir a opinião pública" e as suas propostas de suspensão das hostilidades, designadamente para operações de carácter humanitário, "não representam qualquer contributo válido para uma solução justa do conflito angolano".

Por outro lado, o Governo afirmou apoiar as iniciativas de Alioune Blondin Beye, representante local do secretário-geral das Nações Unidas, Butros-Ghali, no sentido de promover uma reunião de Savimbi com a subcomissão da Organização de Unidade Africana (OUA) encarregada de procurar conseguir a paz em Angola.

Alguns diplomatas acreditados em Luanda manifestaram entretanto cepticismo quanto à comunicação que o líder da UNITA fez ao Presidente português, Mário Soares, de que estaria pronto para interromper as hostilidades e facilitar a

saída dos estrangeiros que se encontram na cidade do Cuito. E um deles comentou, segundo a agência Reuter, que se Jonas Savimbi estivesse verdadeiramente interessado na paz deveria ter contactado em primeiro lugar a ONU e não Lisboa.

Entretanto, no campo militar, verifica-se que o avanço governamental para uma eventual reconquista da cidade do Huambo está a ser mais lento do que Luanda desejaria e em meios diplomáticos duvida-se que as Forças Armadas Angolanas, agora a uns 75 quilómetros, lá consigam chegar antes do início da estação das chuvas, no próximo mês. ■

Democracy in Africa

A lull in the wind

THE ECONOMIST, 4 9 93

THREE years ago a gust of change blowing across Africa promised to spread democracy in its wake. One-party rule would be ended, one-party—or one-man—rulers, it was hoped, turfed out. Three years on, dozens of African nations have held multi-party elections. In the past couple of weeks two more—Togo and Central African Republic—went to the polls for the first time in a generation. Yet examples of the popular vote doing what western democrats think it should—dislodging and replacing autocrats—are miserably few.

The sporting losers in Africa's new democracies can be counted almost on one hand. Two years ago, Kenneth Kaunda set an example of a graceful exit when voted out as president of Zambia. This year, Burundi's Major Pierre Buyoya, Madagascar's Didier Ratsiraka and Niger's General Ali Saibou followed suit. To these countries add Benin, Lesotho, Congo and a couple of island states. In a total of 50-odd sub-Saharan African countries, and over half that number of elections, it is an underwhelming record.

Against this stands a catalogue of collapsed and flawed semi-democracies, postponed elections, civil wars and die-hard military rulers. No fewer than nine former one-party rulers have managed to arrange for their victory at multi-party elections. Among them are the leaders of some of Africa's bigger nations: Daniel arap Moi (Kenya), Jerry Rawlings (Ghana), Félix Houphouët-Boigny (Côte d'Ivoire). Other failures include an election won by an incumbent—Eduardo dos Santos in Angola—which led straight back to civil war; and another, in Nigeria, not contested by an incumbent but nevertheless annulled by one, General Ibrahim Babangida.

Of the rest, half a dozen have spent most of this year tearing themselves apart in civil wars. Some of those promising to deliver democracy—newly independent Eritrea, say, or even South Africa—are more sincere than others. Antique dictators such as President Mobutu Sese Seko, of Zaire, or war-mongering types like General Omar Bashir, of Sudan, rarely bother themselves even with references to elections.

Why such a faltering start for democracy? The most bemusing reason is the newly enfranchised electorate that votes back in an old-time autocrat. In Africa, the only part of the world whose people ended the 1980s poorer than they were at the start, it is hard to put this down to genuine popularity. Nor can it be only that ballot boxes are stuffed—though this certainly explains a lot. Last week, for example, on the eve of Togo's first multi-party presidential election for 26 years, American election observers walked out, blaming "concerns about the state of election-related preparations". Hundreds of thousands of extra voters had mysteriously appeared on the electoral roll. Opposition candidates boycotted the vote. Unmysteriously, President Gnassingbé Eyadéma won, with 96.5% of the vote.

Part of the answer is the natural advantage of incumbency. After decades of one-party rule, the distinction between officials of the state and officials of a political party is not often clear to themselves, let alone to

voters. Fawning, often state-controlled, media also help. So does squabbling among the opposition. Few soon-to-be democracies boast opposition movements of the vintage of, say, South Africa's ANC. Kenya's President Moi was helped to victory last December by a split in the opposition party in the run-up to the polls. Even in power, it seems hard for infant opposition parties to hold together. A dozen members of President Frederick Chiluba's ruling party in Zambia, which was the model of a peaceful transition, have quit in recent weeks; some plan to set up a rival party.

Another explanation is that several leaders have called the bluff of the pro-democracy western powers and got away with it. France, Britain and America all have threatened to ditch former protégés if they did not behave democratically. Often these threats have proved half empty. General Babangida's cancellation of an election considered Nigeria's fairest in memory was a travesty of democracy. Yet Britain's response to his hand-over to an unelected caretaker government instead has—so far—been muted. France this week did cut off aid to the Central African Republic, when President André Kolingba, who lost at the presidential poll, said he would "modify" the electoral code before releasing the result. Yet, in the same week, France proved spineless as Togo's dictator rigged his own re-election. This will not have been lost on autocrats elsewhere.

A home-brewed flavour

Has Africa's rush for multi-party democracy been too much, too fast? Some African intellectuals think so. President Yoweri Museveni's broad-based National Resistance Movement is the only legal political party in Uganda. He argues that, in a multi-tribal state such as his, multi-party politics encourages unscrupulous politicians to whip up ethnic chauvinism of the sort that so often leads to bloody conflicts. His view echoes that espoused by many African intellectuals soon after independence: that one-party rule was a necessary glue for young multi-ethnic nations.

Other Africans would prefer to abandon, not democracy, but the imported western variety. "It is amusing when international friends talk as if democracy was as alien in Africa as a three-piece suit in the Sahara," says Olusegun Obasanjo, the only Nigerian military ruler to have handed over voluntarily to elected civilians. He would prefer to see a home-grown version based on African traditions. Politics, for example, was often organised around group rights, not individual ones—a pattern that still lingers in remote areas, where village elders have been known to turn up at polling stations to announce the vote of the whole village. Leaders, he argues, were accountable to their people, took decisions by consensus and could be "destooled" if necessary.

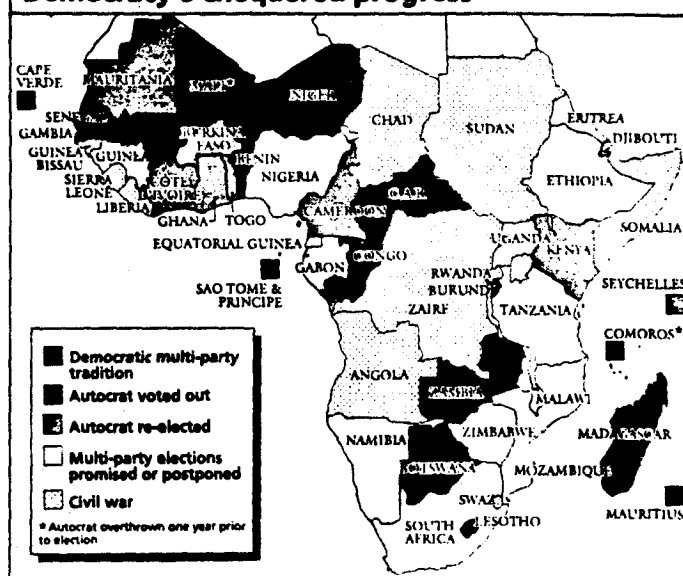
Rosy talk of village assemblies and wise chiefs tells only half the story; African history has seen many tyrants of its own. But a tradition of consensus politics does seem to collide with a western winner-takes-all election, especially when political control means control of the all-important patronage machine. Opposition parties, seeing in defeat at the ballot box a total loss of power, may fall apart or fail to function as an opposition—or even, as in Angola, return to war.

Democracy is a delicate flower, and it does not take root easily in unprepared soil. The argument that it is too delicate for impoverished Africa, however, can be a mere cover for despots. As he was busy defending his annulment of Nigeria's election, General Babangida last month called for countries with long traditions of democracy to be patient:

Most nations that are now established democracies went through very difficult and rocky roads... and brought great suffering to their people. Some of these nations executed their kings and queens... Many took centuries even to arrive at universal adult suffrage, which is the assumed basis of our present democratic experiment.

True—but no good reason, when Nigerians had shown an unusual aptness for democratic change, to refuse it. Days later the general did, under pressure from his colleagues, resign. To instal an elected government? No, an unelected one.

Democracy's chequered progress



Novo líder do PAICV falha na "estreia"

PÚBLICO, 31.8.93

A insignificância de se chamar Aristides

DURANTE TRÊS dias, o PAICV esforçou-se por mostrar que a democracia em Cabo Verde não foi uma invenção do MpD. Mas a maior prova de tolerância foi dada pelos delegados que, na sessão de encerramento do VI Congresso, suportaram sem vaias nem queixumes uma das mais entediadas e desmobilizadoras intervenções já ouvidas a um líder recém-eleito. Aristides Lima falhou na "estreia", sublinhando ainda mais o inegável carisma de Pedro Pires.

Eram 22 horas locais (uma da madrugada de ontem em Lisboa) quando Pedro Pires, já eleito presidente do PAICV, subia à tribuna do VI Congresso para, de novo, olhar os delegados nos olhos e falar do partido como de "uma equipa solidária, para os momentos maus e os momentos bons". Num discurso mais introspectivo e emocionado, propositadamente longe da eloquência do discurso de abertura, Pires não quis deixar grandes dúvidas quanto a esses momentos "maus" e "bons": Quem perdeu, quem foi responsável pela nossa derrota, fomos todos nós", disse referindo-se às eleições que a 13 de Janeiro de 1991 deram a vitória ao MpD.

"Mas acho que foi bom termos perdido. Para que pudéssemos redescobrir-nos. Ou até para saber quem faz e quem não faz". Ele próprio não se deu mal com essa travessia do deserto e confessou: "Testei-me a mim mesmo e verifiquei que tenho a cabeça rija".

Quando Pedro Pires terminou o seu discurso, já os delegados tinham ultrapassado os principais pontos de discordância, expressos calorosa mas civilizadamente durante a discussão, votando quase por unanimidade o presidente (202 votos favoráveis com 1 "não" e 4 abstenções) e o novo secretário-geral (205 votos e apenas 1 abstenção). Das duas listas apresentadas para o Conselho Nacional, onde os "históricos" vão ter papel preponderante, a de Olívio Pires garantiu a eleição de 21 elementos e a de Silvino da Luz apenas 14 (entre os quais Carlos Andrade, antigo chefe da extinta polícia política, e Júlio de Carvalho, antigo ministro da Segurança, cujas candidaturas eram vistas pelos sectores mais jovens como um sinal contrário à desejada renovação).

Apesar das discordâncias, o Congresso decorreu num clima de inegável civilidade, aberto du-

rante todas as sessões à imprensa e, pela primeira vez, com a presença de representantes de partidos estrangeiros.

Expectativa desfeita

Tudo decorria, pois, no melhor dos mundos quando foi anunciada a intervenção, a fechar o Congresso, do secretário-geral eleito. A expectativa dos delegados, se a havia, foi desfeita logo às primeiras palavras. Aristides Lima, até aqui líder do grupo parlamentar do PAICV, não olhou os delegados nos olhos, como antes fizera Pedro Pires, nem lhes disse: estou aqui, vamos ver o que podemos fazer juntos. Limitou-se a ler, de forma monocórdica e entediante, a moção de estratégia (que já todos tinham lido e votado), acrescentando-lhe um rol de saudações pouco entusiásticas e descabidas — chegou mesmo a saudar por duas vezes, um a um, todos os representantes estrangeiros presentes...

Aristides é conhecido com um técnico aplicado e um advogado competente. Mas sofre de excesso de zelo na aplicação e na competência. Já houve quem o visse, hirtó, a discutir a Constituição da Re-

pública no frenesim de um "dancing" ou a explicar as virtudes e mecanismos de determinada lei a camponeses analfabetos.

Nem todos podem ser fadados à liderança, é certo, mas quem se candidata a semelhante cargo deve possuir os dotes mínimos para o exercer. Por isso, não deixou de ser exasperante ouvi-lo dizer, quando já todo o congresso se contorcia de tédio e incomodidade perante o seu longo e enfadonho discurso, que o PAICV tinha de "melhorar a comunicação com os eleitores". Um conselho certo pelo porta-voz errado. Porque Aristides Lima, de 38 anos, não conseguiu sequer estabelecer comunicação com os delegados que o elegeram. E todos devem ter sentido isso, de um modo ou de outro.

Foi uma verdadeira seca, a fechar um fim-de-semana de chuvas. Só suportável por uma dedicação quase mártir à unidade do partido e pela proximidade da sombra tutelar, ainda vigorosa e actuante, do agora Presidente Pedro Pires. ■

Do nosso enviado Nuno Pacheco, na Cidade da Praia

Chissano e Dhlakama discutem a comunicação social

Jornalistas moçambicanos assustados

PÚBLICO, 1.9.93

APÓS UMA MANHÃ de trabalho com o Conselho de Ministros, o Presidente Joaquim Chissano, de Moçambique, voltou a encontrar-se ontem à tarde com Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, na busca de garantias de imparcialidade até às eleições.

Chissano apresentou ao Governo as preocupações que Dhlakama lhe transmitira no "tête-à-tête" de segunda-feira à tarde, relativamente à administração territorial, à polícia e à comunicação social. O Presidente da República discutiu com o seu gabinete as propostas recebidas de Dhlakama, por forma a encontrar "uma formulação e um conteúdo que se coadunem com a lei em vigor e com o acordo de paz" para dissipar "os receios da Renamo".

Quanto à comunicação social — uma das áreas em que se registam queixas da Renamo —, Chissano e Dhlakama escusaram-se a revelar pormenores, precisando

que "só depois de analisar o assunto" é que iriam "dizer o que é preciso fazer". Referindo-se à necessidade de encontrar mecanismos que garantam a imparcialidade dos órgãos de informação, o Presidente disse: "Penso que é do interesse de todos os trabalhadores da comunicação social garantir uma boa informação para todo o povo e ao serviço do povo."

No entanto, a simples referência a mecanismos de enquadramento informativo originou inquietação junto dos jornalistas moçambicanos, receosos do regresso do controlo estatal sobre a informação, embora sob formas mais veladas.

Nos meios jornalísticos da capital, avançava-se ontem à tarde a hipótese de ser imposta uma autorização prévia do Ministério da Informação à actividade de moçambicanos como correspondentes de órgãos estrangeiros. Aguar-

dando embora confirmação, alguns jornalistas abrangidos pela eventual medida anunciaram já a sua disposição de a boicotar. O secretário-geral do sindicato da Comunicação Social, Hilário Matusse, declarou ao PÚBLICO que a Organização Nacional de Jornalistas "nunca estará de acordo com nenhuma forma de pressão, seja da parte de quem for".

Precisando que não tivera ainda acesso às matérias discutidas por Chissano e Dhlakama para a informação, Matusse observou: "Toda a batalha que fizemos foi no sentido de conquistar maior espaço de manobra, maior liberdade; e nós não vamos entregar isso de bandeja".

Ontem de manhã, Chissano apresentou ao seu Executivo os receios que Dhlakama lhe transmitira relativamente à administração do território, à composição das forças policiais e ao papel da imprensa. À tarde, levou para o

Clube Militar as conclusões da sua concertação com o Governo.

Para o Presidente, trata-se de "uma pesquisa de mecanismos" que garanta a "imparcialidade em todos os aspectos de governação nas províncias, sobretudo tendo em consideração a integração das zonas controladas pela Renamo numa administração geral do Estado".

Na segunda-feira, foram chamadas ao Clube Militar altas patentes das forças de defesa e segurança das duas partes. Os ministros da Defesa e do Interior, Alberto Chipande e Manuel António, participaram nos trabalhos, assim como o tenente-coronel Mateus Nkonyamo e o general Hermínio Morais, ambos delegados da Renamo na comissão de paz. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Moçambique no fim da cimeira

PÚBLICO, 3.9.93

Um país mais descansado

AFONSO DHLAKAMA regressa hoje à base central da Renamo, em Maringué, na zona do antigo Parque Nacional da Gorongosa, ao cabo de 12 dias em Maputo, 12 longos dias durante os quais discutiu com o Presidente Joaquim Chissano o futuro do processo de paz. Foi um encontro franco e profícuo "entre irmãos" que deixa os moçambicanos mais descansados.

A sessão de ontem, que se prolongou pela noite dentro, foi preenchida com a redacção do documento final, que já vinha sendo elaborado pelo assessor diplomático de Chissano, Francisco Madeira, e pelo general Raul Domingos, da Renamo. Ao longo das seis sessões anteriores, o Presidente Chissano e Afonso Dhlakama estudaram formas de garantir a imparcialidade da administração territorial, da polícia e da informação até às eleições, previstas para Outubro do próximo ano.

A Renamo tem-se ma-

nifestado satisfeita com os resultados do encontro, que deverá ser aplicado dentro do prazo de um mês, segundo fontes ligadas ao evento. O único ponto que Chissano e Dhlakama não conseguiram resolver relaciona-se com a actuação da comunicação social. Dhlakama pedira inicialmente garantias de isenção da Informação estatal, mas na madrugada de quarta-feira os dois dirigentes reconheceram que não tinham atingido consenso sobre a questão.

Segundo fontes bem informadas, Chissano terá feito ver a Dhlakama a dificuldade de encontrar qualquer forma de enquadramento informativo que não colidisse com a Lei de Imprensa. Durante o dia de ontem, falou-se muito da realização de um encontro entre Afonso Dhlakama e os profissionais da Comunicação Social, a ter lugar na Organização Nacional de Jornalistas. E talvez que o mesmo se verifique antes de o líder da oposição deixar a capital.

O Governo e a Renamo acordaram na nomeação de três

assessores do movimento junto de cada governador provincial, como forma de facilitar a integração das zonas sob controlo da Resistência na administração geral do território. Decidiram também que o Governo nomeará responsáveis da Renamo para o exercício da administração local nas áreas controladas pelo grupo.

Recurso à ONU

Relativamente à polícia, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama concordaram em solicitar o envio de um contingente da ONU para "monitorar" a actuação das forças de segurança. Esse contingente das Nações Unidas participaria igualmente em acções de formação das futuras forças policiais moçambicanas. Mostrando-se optimista com os resultados obtidos no encontro, Afonso Dhlakama declarou ser indispensável a verificação no terreno antes de se passar ao acantonamento e desmobilização das tropas, indispensáveis antes da organização de eleições. A Renamo tem vindo a insistir na necessidade de garantias por parte do Governo antes de acantonar as suas forças sob a bandeira

ra da ONU.

O movimento manifestou a sua vontade de ver assinado um documento de compromisso no fim do encontro, assegurando a aplicação prática das medidas tomadas. E era isso o que se esperava pelas 21 horas de ontem (hora local igual à de Lisboa).

A imagem de flexibilidade apresentada por Afonso Dhlakama durante a sua estada em Maputo foi recebida de forma positiva pela opinião pública da capital, onde a popularidade do líder da Renamo parece estar a crescer.

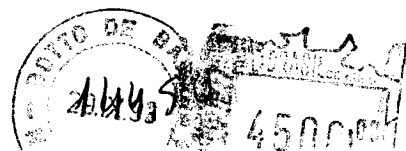
Entretanto, uma sondagem efectuada em Quelimane, capital da província da Zambézia, revela que Chissano obterá ali 37,1 por cento dos votos nas presidenciais e Dhlakama 29 por cento, indo 8,5 para Máximo Dias, líder do Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo). Nas legislativas a Frelimo teria 31,1, a Renamo 21,5 e a Monamo 10,9. Anteriores sondagens haviam dado a vitória do Presidente e do seu partido na cidade de Maputo e o triunfo de Dhlakama e da Renamo na Beira.

José Pinto de Sá,
em Maputo

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

FAÇA JÁ SUA
ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259



CH
LIB
FW
X-
355



I M P R E S S O

